



## **24 DE MAIO DE 2011**

### **Terça - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **ALTERNATIVA É CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA**
- **DEPENDÊNCIA DO IMPOSTO É CRITICADA**
- **CENTRAIS NÃO TÊM OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS**
- **IMPOSTO SINDICAL SOB FOGO CERRADO**
- **TRAVA DIÁLOGO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**
- **DÍVIDA DO GOVERNO SOBE 2,34% E JÁ É DE R\$ 1,73 TRI**
- **EMPRESÁRIOS E SINDICATOS SE UNEM POR DESONERAÇÃO**
- **GREVE NA VOLKS CHEGA AO 19º DIA E METALÚRGICOS ELABORAM DOSSIÊ**
- **METALÚRGICOS DA VOLKS PERMANECERÃO EM GREVE PELO MENOS ATÉ QUARTA**
- **ENCOMENDAS À INDÚSTRIA CAEM 1,8% NA ZONA DO EURO**
- **TOYOTA ASSUME FALHAS NA SEGURANÇA**
- **BM&F UNIFICA SISTEMA DE GARANTIAS**
- **COTA DE FUNDO SUBSTITUI DINHEIRO**
- **FEDERAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL SEDIA 1º ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-ÁFRICA**
- **TRT MARCA AUDIÊNCIA ENTRE HONDA E DEDITIDOS**
- **"LUA DE MEL" ENTRE BRASIL E CHINA ESTÁ PERTO DO FIM, DIZ 'FT'**
- **PISO SALARIAL - CONFIRA A FOLHA DE ATUALIZAÇÃO COM OS VALORES A PARTIR DE MAIO/2011**

- **CARTÃO DE CRÉDITO - BC DIVULGA ESCLARECIMENTOS SOBRE AS NOVAS REGRAS**
- **TRIBUNAL - SALÁRIO ATRASADO POR DOIS MESES MOTIVA RESCISÃO INDIRETA E INDENIZAÇÃO**
- **PROJETO DE LEI - PROPOSTA FACILITA CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA PARA DOADOR DE ÓRGÃO**
- **PORTARIA ELEVA TAXA PARA USO DO SISCOMEX NAS IMPORTAÇÕES**

<b>Câmbio</b> Em 24/05/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,624	1,626
<b>Euro</b>	2,291	2,294

Fonte: BACEN

### **Alternativa é contribuição voluntária**

24/05/2011- Gazeta do Povo

Como alternativa à contribuição sindical, a CUT defende a criação de uma colaboração que teria de ser aprovada nas assembleias da categoria. Neste caso, os próprios trabalhadores definiriam o valor a ser enviado aos sindicatos. Haveria o risco, porém, de a categoria ser contra qualquer tipo de repasse.

É preciso democratizar e criar condições para que os próprios trabalhadores, sem ingerência de ninguém, decidam o quanto querem contribuir. Se o sindicato é atuante, combativo, com um bom trabalho de base, não vai encontrar problemas em

aprovar qualquer contribuição”, afirma o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos.

No entanto, o secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Francisco Canindé Pegado do Nascimento, diz que os sindicatos precisam ter uma garantia de que terão recursos à disposição para custear as próprias despesas. “É da cultura do trabalhador não querer subsidiar a estrutura da entidade que o representa. É lógico que a extinção da contribuição sindical traria uma grande dificuldade de sustentação financeira para as entidades, que ficariam numa expectativa por recursos que poderiam não vir”, defende.

As centrais sindicais se mobilizam ainda para que a contribuição assistencial – taxa prevista em lei que pode ser aprovada para ajudar a custear os sindicatos, mediante aprovação em assembleia – seja estendida para todos os funcionários da categoria. Decisões recentes da Justiça e do Ministério Público têm defendendo que funcionários não sindicalizados são isentos da contribuição, mesmo se ela for aprovada em assembleia.

### **Dependência do imposto é criticada**

24/05/2011- Gazeta do Povo

Para o auditor fiscal do trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Paraná (SRTE-PR), Fábio Ubirajara Lantmann, a viabilidade dos sindicatos não deveria estar atrelada à contribuição sindical, mas sim à atuação junto à categoria. “Quanto mais representativo for, mais associados o sindicato terá e, conseqüentemente, usufruirá de uma maior contribuição espontânea. A grande maioria das entidades representa efetivamente o trabalhador e, nesse caso, a categoria nem sequer questiona a contribuição sindical”, observa Lantmann.

A arrecadação proveniente da contribuição sindical é depositada em uma conta da Caixa Econômica Federal, e os valores só podem ser retirados mediante uma ordem bancária ou cheque com as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro do sindicato.

“O sindicato tem de desenvolver sua maturidade e habilidade política para fazer um processo de livre convencimento dos filiados. A legitimidade política do sindicato está na base de sua atuação. Mas ocorre que, em tese, a maioria dos trabalhadores não sabe exatamente qual a função dos sindicatos”, analisa o doutor em Ciências Sociais e sociólogo da PUCPR Cezar Bueno de Lima.

### **Centrais não têm obrigação de prestar contas**

24/05/2011- Gazeta do Povo

As centrais sindicais não são obrigadas a prestar contas ao governo ou a utilizar os recursos do imposto sindical para atividades pré-definidas. Órgãos como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União (TCU) também não podem investigar o destino dos valores. Já os sindicatos, que recebem 60% da arrecadação total do imposto, precisam seguir regras bem definidas.

Segundo o artigo 592 do Decreto-Lei 5.452/43, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as entidades podem separar no máximo 20% dos valores da contribuição sindical para atividades administrativas. O restante tem de ser aplicado totalmente em prol do trabalhador. No caso dos sindicatos dos trabalhadores, a CLT

recomenda 14 finalidades para a contribuição, que vão desde o fornecimento de assistência jurídica, médica e odontológica até o investimento em educação e formação profissional, bolsas de estudo e realização de congressos e conferências.

“Como toda personalidade jurídica, o sindicato tem de prestar conta aos seus associados, por meio da publicação de balanço anual, mas a categoria tem o direito de pedir as prestações de contas a qualquer momento. Se o trabalhador é presente, sabe o que acontece com o dinheiro”, explica o auditor fiscal do trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Paraná (SRTE-PR) Fábio Ubirajara Lantmann. Apesar de o próprio trabalhador ser responsável por acompanhar as prestações do sindicato, a Justiça do Trabalho pode ser acionada caso haja indícios de irregularidades na aplicação dos recursos.

## Imposto sindical sob fogo cerrado

24/05/2011- Gazeta do Povo

Enraizada na cultura trabalhista desde o governo de Getúlio Vargas, a contribuição sindical completa 71 anos de existência em 2011 no centro de um forte impasse entre as maiores centrais do país. Enquanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) defende sozinha a extinção da contribuição, demais entidades, como a Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT), alinham o discurso a favor do imposto, que arrecadou ano passado R\$ 1,02 bilhão – dinheiro que não chama a atenção apenas das grandes centrais: a cada dia, no país, surge em média 1,6 sindicato, e muitas dessas organizações, apontam os críticos do imposto, existem apenas para faturar um naco do desconto anual de 3,6% do salário mensal de março dos funcionários com carteira assinada, sejam eles sindicalizados ou não.

Só as seis maiores centrais sindicais receberam R\$ 102,2 milhões – valor sem destino definido, já que, conforme prevê a lei, as entidades não precisam prestar contas ou aplicar os recursos para finalidades específicas. Em todo o país, a contribuição também foi repassada para 9.507 sindicatos laborais – 750 no Paraná.

Por meio de uma campanha pública, a CUT tenta pressionar o Executivo a enviar um projeto ao Congresso prevendo a substituição do desconto por uma contribuição que teria de ser aprovada pelos trabalhadores de cada categoria. Apesar de figuras influentes – como o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, e o senador Paulo Paim (PT-RS) – já terem anunciado apoio à reivindicação, o governo ainda não indicou se levará mesmo o assunto à pauta de discussão do Legislativo.

### Repasses

No caminho contrário, centrais e sindicatos favoráveis à manutenção da contribuição afirmam que o montante recolhido todo ano é fundamental para garantir a existência das próprias entidades – para as centrais, o imposto representa a principal fonte de recursos, embora os sindicatos tenham outros meios de se sustentar, especialmente graças às mensalidades. Desde 2008, quando passaram a ter direito a 10% do total arrecadado entre os trabalhadores, as seis maiores centrais sindicais do país receberam R\$ 246,5 milhões. A quantia é repassada conforme o número de sindicatos filiados. A CUT, que integra 2 mil entidades em todo o Brasil, foi agraciada com a fatia mais expressiva do bolo: R\$ 80,9 milhões.

“A CUT nasceu em 1983 e, desde aquela época, já expressava no seu estatuto a necessidade de se extinguir o imposto para se garantir a liberdade e autonomia

sindical. Hoje, no Brasil, há uma enormidade de sindicatos sem representatividade, que só existem para cobrar taxa dos trabalhadores”, critica o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos.

No segundo lugar em número de filiados, a Força Sindical, que representa 1,5 mil sindicatos, garante que a posição da CUT não passa de um “discurso ideológico”. Para o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, a defesa da extinção da contribuição sindical é um “tiro no pé”. “Temos de buscar meios para que os sindicatos não sejam prejudicados nos seus financiamentos, o que enfraqueceria a luta dos trabalhadores. Existe a necessidade de se investir na luta. Carros de som, assembleias, advogados, isso custa muito”, rebate.

### **“Sindicato de gaveta”**

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, somente nos últimos dois anos o número de sindicatos (laborais e patronais) aumentou 9% em todo o país, passando de 12.673 em 2009 para 13.848 este ano. Neste período, em média, surgiu 1,6 novo sindicato por dia no Brasil. Para o doutor em Ciências Sociais e sociólogo da PUCPR Cezar Bueno de Lima, a obrigatoriedade da contribuição sindical aos trabalhadores motiva a chamada “indústria do sindicato de gaveta”. “É uma infinidade de entidades que não têm nenhuma representatividade e fazem do imposto um meio de vida”, afirma.

Atualmente, a região metropolitana de Curitiba soma 132 sindicatos trabalhistas. Apesar da dúvida quanto à atuação de parte das entidades em todo o país, a cientista social do Núcleo de Estudos Sindicais da UFPR Maria Aparecida Bridi diz que não se pode generalizar. Para ela, medidas como a extinção da contribuição podem levar a um enfraquecimento dos sindicatos, já tradicionalmente fragilizados. “O que está em discussão, por meio dessa posição da CUT, é a formação de um sindicalismo mais representativo, que esteja realmente ligado ao movimento”, diz Bridi.

## **Trava diálogo entre Brasil e Argentina**

24/05/2011- Gazeta do Povo

As negociações entre a Argentina e o Brasil em busca de uma solução para o conflito comercial entre os dois países estão travadas. A reunião técnica que seria realizada ontem, após a primeira reunião privada entre os secretários executivos dos ministérios de Indústria da Argentina, Eduardo Bianchi, e do Brasil, Alessandro Teixeira, foi cancelada. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), a reunião ampliada foi suspensa porque Teixeira solicitou aos técnicos brasileiros um levantamento completo de todos os produtos nacionais que estão impedidos de entrar na Argentina.

“Uma nova reunião privada foi marcada para amanhã [hoje], às 9h30 [de Brasília]”, disse a assessoria do ministério brasileiro. Segundo uma fonte negociadora do Brasil, houve divergências entre os números citados por Teixeira e por Bianchi, e isso impediu que houvesse um avanço. “A única coisa que mudou foi que representantes dos dois países se encontraram, pela primeira vez depois de três meses”, afirmou a fonte.

## Dívida do governo sobe 2,34% e já é de R\$ 1,73 tri

24/05/2011- Gazeta do Povo

A dívida pública federal subiu 2,34% em abril e alcançou R\$ 1,73 trilhão. Segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional ontem, a dívida interna aumentou 2,58% e soma R\$ 1,65 trilhão. A emissão de títulos da dívida superou o resgate em R\$ 25,95 bilhões. Além disso, os juros tiveram um impacto de R\$ 15,62 bilhões. Já a dívida externa teve seu estoque reduzido em 2,32% e encerrou abril em R\$ 81,6 bilhões (US\$ 51,85 bilhões). A parcela de títulos pré-fixados aumentou de 34,56% em março para 34,81% em abril. Já os títulos remunerados pela Selic tiveram a participação reduzida de 32,34% para 32,13%.

O governo emite títulos para se capitalizar sem ter de ir ao mercado pegar dinheiro emprestado, pagando juros altos. Isso permite o investimento de pessoas físicas em títulos do governo federal – que se capitaliza.

## Empresários e sindicatos se unem por desoneração

24/05/2011- Gazeta do Povo

A desoneração da folha de pagamento e a redução dos juros uniram, em São Paulo, entidades patronais e trabalhistas em torno de uma agenda comum de diálogo com o governo federal. Ao lado de dirigentes da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, anunciou ontem a intenção das entidades de encaminhar nos próximos dias à presidente Dilma Rousseff um conjunto de propostas de longo prazo para o desenvolvimento da indústria nacional. O diagnóstico é de que a economia brasileira enfrenta uma perda de competitividade no mercado internacional que a tem levado a um cenário de desindustrialização. A intenção da iniciativa é de que seja aberto um diálogo permanente entre as entidades e o governo federal, nos moldes de uma câmara setorial da indústria. As entidades estudam pedir a desoneração na folha de pagamento dos 20% da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), redução dividida em 2011 e 2012. No âmbito fiscal, elas discutem ainda uma alíquota interestadual entre 2% e 4% do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para produtos importados e nacionais.

## Greve na Volks chega ao 19º dia e metalúrgicos elaboram dossiê

24/05/2011- Gazeta do Povo

A greve dos **metalúrgicos da unidade da Volkswagen** em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, chegou ao 19º dia sem acordo. Com isso, os trabalhadores decidiram manter a paralisação após assembleia realizada na tarde desta segunda-feira (23). A direção do sindicato da categoria elaborou um dossiê, que foi entregue a deputados estaduais e lideranças do governo, para explicar os motivos das reivindicações.

Os metalúrgicos pedem o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no valor de R\$ 12 mil, mas a empresa oferece a primeira parcela de R\$ 4,6 mil, com a segunda parcela a ser discutida posteriormente. Como não houve nova proposta, os trabalhadores optaram por manter a greve.

No documento entregue aos deputados e ao secretário estadual do Trabalho, **Luiz Claudio Romanelli**, os trabalhadores reclamam que a montadora já recebeu R\$ 2 bilhões em incentivos fiscais para se estabelecer no estado, mas paga **salários 50% menores** aos funcionários da fábrica do Paraná na comparação com os de São Paulo.

De acordo com os dados apresentados pelo dossiê, o salário médio dos 16.498 trabalhadores da unidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, era de R\$ 6.279, em 2009, contra R\$ 3.088 dos 3.799 funcionários do Paraná.

Segundo o **Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)**, 10,5 mil veículos já deixaram de ser produzidos na fábrica de São José dos Pinhais por conta da greve, o que representa um prejuízo de aproximadamente R\$ 434 milhões. Com um 1% desse valor (4,3 milhões), o SMC diz que seria possível pagar R\$ 1,4 mil para cada um dos metalúrgicos da empresa.

O sindicato ainda confirmou que foi criado um fundo de greve para ajudar os trabalhadores que já estão há 19 dias parados. Uma nova assembleia foi marcada para a próxima quarta-feira (25).

A Volkswagen disse, por meio da assessoria de imprensa, que prefere não se manifestar sobre o assunto no momento.

## **Metalúrgicos da Volks permanecerão em greve pelo menos até quarta**

24/05/2011- O Estado do Paraná

Os trabalhadores da montadora Volkswagen de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, definiram em assembleia realizada nesta segunda-feira (23), seguir com a greve que entrou no 19º dia.

A decisão, segundo os trabalhadores, foi motivada pela falta de diálogo com a Volks, que não apresentou nenhuma proposta além dos R\$ 4,6 mil de primeira parcela Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O impasse, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), estaria sendo agravado pela resistência à flexibilização do banco de horas, conforme a montadora deseja.

"A empresa quer a flexibilização do banco de horas em detrimento da saúde dos trabalhadores e o consequente adoecimento da fábrica", aponta o diretor vice-presidente do SMC, Nelson Silva de Sousa. De acordo com o dossiê que o sindicato entregou hoje para o secretário estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Luiz Claudio Romanelli, a Volks possui 357 trabalhadores afastados por licença-médica acima de 15 dias, o que representa 9% do quadro da unidade em São José dos Pinhais. Se considerar os trabalhadores afastados por menos de 15 dias, isso atinge 24% do quadro.

"A Volks contesta esse número", relata Romanelli. "A intenção do governo é construir um diálogo entre as partes, porque nosso entendimento é que a greve está demasiadamente longa e todo mundo perde com isso", destaca o secretário.

## Fundo de greve

Em virtude do impasse nas negociações, por enquanto, a greve permanecerá até a próxima quarta-feira (25), quando, às 14horas, os metalúrgicos realizarão uma nova assembleia. O tempo estendido da paralisação fez com que o SMC tomasse uma decisão inédita no Paraná. O sindicato vai acionar o fundo de greve dos metalúrgicos para que os trabalhadores possam pagar as despesas essenciais deste mês como alimentação, luz e água.

O fundo é repassado por meio de créditos com as mais de 200 empresas conveniadas ao SMC. Como há mercados nesta relação, os trabalhadores da Volks poderão utilizar o crédito para a alimentação e o pagamento de títulos como água e luz que são feitos por esses estabelecimentos. Dependendo do rendimento, cada trabalhador poderá contar com até R\$ 1 mil de créditos. A medida tem a intenção de fazer com que os trabalhadores não se sintam pressionados a aceitar qualquer acordo vindo por parte da empresa em virtude da ausência de salário.

## Encomendas à indústria caem 1,8% na zona do euro

24/05/2011- O Estado do Paraná

As encomendas à indústria da zona do euro caíram 1,8% em março, na comparação com fevereiro, o que representa a maior queda mensal desde setembro do ano passado, informou hoje a agência de estatísticas da União Europeia, a Eurostat. Em relação a março de 2010, as encomendas cresceram 14,1% em março deste ano. A zona do euro reúne os países que utilizam o euro como moeda.

Economistas previam que as encomendas um recuo mensal de 1,3% e uma alta anual de 12,9%. Os dados de fevereiro foram revisados para mostrar aumento de 0,5% ante janeiro e de 21,5% ante fevereiro do ano passado.

Excluindo equipamentos para transporte pesado (navios, trens e aviões), as encomendas à indústria da zona do euro caíram 1,1% em março, na comparação com fevereiro. Este também foi o maior recuo em seis meses. Na comparação com março de 2010, houve alta de 15,2%.

As encomendas de bens de consumo duráveis diminuíram 6,8% no mês em março, a maior queda mensal desde dezembro de 2008. Já as encomendas de bens de consumo não duráveis recuaram 3,5%, a maior queda desde agosto de 2009. De acordo com a Eurostat, as encomendas de bens de capital caíram 4,6%, o que indica o maior recuo desde julho do ano passado, e as encomendas de bens intermediários subiram 0,6%.

## Países

As novas encomendas industriais na Alemanha, a maior economia da região, caíram 3,4% em março, na comparação com fevereiro. Na França, houve queda de 0,7%. As informações são da Dow Jones.

## Toyota assume falhas na segurança

24/05/2011- Valor Econômico

A estrutura centralizada da Toyota, o ceticismo em relação aos críticos externos e a falta de um diretor de segurança mundial estão entre as falhas que a montadora deveria sanar num momento em que se recupera do número recorde de recolhimentos à fábrica para reparos, ou recalls, em inglês, disse um grupo de assessoria externo.

O presidente da Toyota, Akio Toyoda, instaurou o Grupo Especial Assessor em Qualidade da América do Norte em março de 2010, depois que a montadora fez o recall de milhões de veículos nos Estados Unidos e no exterior por defeitos vinculados à aceleração não intencional. O grupo, capitaneado pelo ex-secretário de Transportes dos Estados Unidos, Rodney Slater, analisou as operações da Toyota por mais de um ano até divulgar o relatório de ontem.

A empresa "errou demais para manter a centralização mundial do poder e precisa deslocar um pouco a distribuição de forças rumo a um fortalecimento da autoridade e do controle locais", disseram os assessores. As falhas "tolheram a partilha de informações e contribuíram para a instauração de problemas de comunicação", além de "retardar o tempo de reação a problemas de qualidade e de segurança", disse o relatório.

A Toyota, a maior montadora do Japão, reconvocou às fábricas para conserto milhões de carros nos EUA em 2009 e 2010, principalmente por causa dos riscos de os tapetes do piso pressionarem o acelerador e pela pouca capacidade desse pedal de voltar à posição original. A empresa pagou um valor recorde de US\$ 48,8 milhões em multas devido à maneira pela qual alguns dos recalls foram realizados, e funcionários graduados da empresa, entre os quais Toyoda, foram convocados ao Congresso dos Estados Unidos para discutir planos de contornar os defeitos.

Na América do Norte, onde as operações da Toyota estão divididas em unidades responsáveis por vendas, engenharia e produção industrial, a empresa só teria a ganhar se instaurasse uma estrutura mais unificada e fortalecesse a autoridade local na tomada de decisões, disse o grupo especial. "Tentamos passar a nossa visão", disse Slater em teleconferência ontem. A Toyota já adotou algumas das mudanças recomendadas, disse ele.

As recomendações dos assessores resultaram em "medidas significativas" destinadas a dar mais autonomia à subsidiária da Toyota na América do Norte e permitir que a empresa se concentre ainda mais em segurança, disse Toyoda em comunicado divulgado ontem.

"O grupo assessor nos deu nova compreensão sobre as maneiras pelas quais podemos conquistar melhor nosso anseio de superar as expectativas do cliente com os veículos mais seguros e mais confiáveis", disse Toyoda, neto do fundador da montadora.

Os assessores detectaram que a Toyota não leva as reclamações de fontes externas sobre os seus veículos tão a sério quanto deveria.

## BM&F unifica sistema de garantias

24/05/2011- Valor Econômico

Uma aguardada revolução no sistema de garantias da BM&FBovespa deve liberar ao menos R\$ 30 bilhões hoje depositados por corretoras, bancos e empresas. A bolsa vai unificar suas quatro câmaras de liquidação e compensação em um único e novo sistema de risco que permitirá a redução de garantias depositadas nos seus mercados, hoje de R\$ 150 bilhões, em no mínimo 20%, diz o diretor de administração de risco, Luis Antônio Barron Guerra Vicente. "Pode ser muito mais", afirma.

Hoje quem opera nos diversos mercados da bolsa tem que depositar garantias para a transação feita em cada uma das quatro câmaras, mesmo que uma anule total ou parcialmente o risco da outra. A unificação significaria redução expressiva no custo de operação dos participantes, reivindicação cada vez mais presente no mercado. Hoje até o Banco Central deposita garantias na BM&FBovespa.

O projeto, já aprovado pelo conselho da bolsa, foi apresentado informalmente ao BC e à Comissão de Valores Mobiliários, além dos maiores especialistas em risco do país e do mundo, diz Amarílis Sardenberg, diretora executiva das clearings da BM&FBovespa. Até mesmo analistas do Fed, banco central americano, e matemáticos do mundo acadêmico foram consultados. A ideia é que o sistema seja implantado ainda no início de 2012.

Hoje, a BM&FBovespa tem quatro clearings que fazem o papel do que se costuma chamar no mercado de contraparte central garantidora. Isso significa que, se um dos bancos ou corretoras participantes do mercado quebrar, a bolsa tem de honrar os pagamentos desses participantes nos seus mercados. Para fazer isso sem quebrar, cada uma das clearings pede garantias dos participantes, que são calculadas de acordo com um complexo sistema de análise de risco.

### **Projeto inovador se propõe a medir risco de desmonte de posição e de liquidez de ativos heterogêneos**

A Bovespa tem uma antiga câmara de compensação e liquidação, a CBLC, que atua como contraparte central no mercado de ações à vista e de opções de ações. A outra câmara é da BM&F, para os derivativos de câmbio, juros, Ibovespa Futuro e outros. Há ainda a clearing de câmbio e a clearing de ativos para títulos públicos.

"Queremos unificar essas clearings de forma a ter um saldo líquido único", afirma Amarílis. Ou seja, no final do dia todas as transações serão liquidadas em um mesmo sistema e as garantias necessários serão calculadas de forma única. Haverá tecnologia de suporte única, acesso centralizado a todos os mercados e padrão unificado.

Para tanto, a bolsa está desenvolvendo o que Vicente qualificou como "sistema de risco de terceira geração", que permite a integração de ativos "altamente heterogêneos", tão heterogêneos quanto uma ação e um swap reverso de câmbio.

O novo sistema vai permitir que o risco de um fundo com uma carteira de ações que replique exatamente o índice Bovespa (um ETF Bova 11, por exemplo) possa ser compensado com a venda do Ibovespa futuro, por exemplo. Hoje, o fundo deposita garantias para as ações na clearing do sistema Bovespa e faz o hedge em outra clearing, da BM&F. Tem de depositar garantias duas vezes, portanto, e um risco não compensa o outro.

Os dois executivos fizeram questão de frisar que o novo sistema vai permitir a compensação de risco somente de ativos que representem uma proteção explícita, como um fundo do Ibovespa com o Ibovespa futuro, uma ação da Petrobras e uma opção dessa mesma ação. Não terão seu risco anulado ativos diversificados e sem correlação, como se fazia usando-se o método chamado de VAR (Value at Risk).

"É sabido que a primeira coisa que acontece em uma crise é o desmonte de correlações históricas", lembra Vicente. Já em 1998, na crise da Rússia, o VAR passou a ser questionado. Agora, na crise de 2008, foi ainda mais criticado.

O que os "nerds" da matemática da BM&FBovespa prometem é um sistema de risco capaz de calcular até o risco de desmonte de uma posição, que inclui o chamado risco de liquidez. Para isso, eles vão contar com a ajuda do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) do Rio. "Vamos registrar patente no Brasil e nos EUA", diz Amarílis. O sistema já tem nome: Closeout Risk Evaluation (Core).

Um exemplo para entender como o Core funcionará: um banco pode fazer com uma empresa um contrato de swap (troca) de dólar pelo real no mercado de balcão e ficar assim comprado em real em uma data no futuro. Esse banco registra a transação na bolsa e pede para que a instituição atue como contraparte central. Para se proteger, o mesmo banco vende dólar no mercado futuro na BM&F. Do ponto de vista de seu balanço, o banco está com o risco zero - o swap com a empresa tem o mesmo tamanho do contrato futuro na BM&F. Hoje esse banco paga, no entanto, garantias nas duas pontas na BM&FBovespa. Deposita, assim, mais garantias do que um banco que não fez o hedge e ficou somente com o swap de câmbio feito com a empresa, correndo risco maior.

Pelo novo sistema, no entanto, os riscos do swap e do contrato futuro serão compensados. Isso não significa, no entanto, que um risco anule 100% o outro, explica Vicente. A razão: o swap, por ser um contrato feito sob medida para uma empresa e não ser padronizado para negociação, demora mais tempo para ser vendido do que o contrato futuro. O risco de desmonte da posição, de liquidação da posição propriamente dita, é diferente em um momento de estresse. No swap, pode ser de, por exemplo, cinco dias, enquanto o contrato de câmbio no mercado futuro seria desmontado no mesmo dia desejado.

Ou seja, se o banco quebrar, a BM&FBovespa vai demorar mais tempo para desmontar o swap do que o contrato futuro de dólar. Para não ficar descasada, com o risco de câmbio do swap aberto, a bolsa terá de esperar os cinco dias para desmontar o futuro. Aí entra um novo complicador: o swap é liquidado só no fim do contrato, enquanto os contratos futuros de câmbio na BM&FBovespa têm ajuste diário. Na hipótese de o dólar subir 20% ao dia o banco ganha no swap com a empresa, mas perde no contrato futuro e poderá ter problemas de caixa para pagar o ajuste. É o chamado risco de liquidez. É esse risco que o novo sistema da BM&F se propõe a medir usando cenários de estresse máximo.

## Cota de fundo substitui dinheiro

24/05/2011- Valor Econômico

A Justiça Trabalhista tem admitido que empresas substituam dinheiro por cotas de fundo de investimento como garantia em execuções provisórias. Em recente decisão da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os ministros foram unânimes ao assegurar o direito da Prorevenida Promotora de Vendas e Prestação de Serviços, pertencente ao Banco Itaú. A decisão apresenta uma alternativa menos onerosa para empresas que não precisam comprometer seu fluxo de caixa em execuções ainda não definitivas.

Para os ministros, a discussão não merece mais espaço no TST quanto à questão da substituição da penhora em dinheiro por outros bens, em execução provisória. Isso porque a Súmula nº 417, do TST, admite essa possibilidade com o objetivo de que essa execução corra da forma menos gravosa nesses casos. Segundo a relatora, ministra Maria de Assis Calsing, como está "incontroverso o fato de que a execução processada nos autos encontra-se na forma provisória", ela deu provimento ao recurso da empresa. Nesse sentido, determinou que a da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa (PB) libere o dinheiro da companhia em troca das cotas que podem assegurar um eventual pagamento de créditos salariais devidos a ex-empregado.

A Corte superior reformou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba). Os desembargadores tinham entendido que, mesmo sendo a execução provisória, a constrição de outro bem que não o dinheiro para garantia da execução exige que exista liquidez e certeza imediata de que haverá a conversão em dinheiro assim que a execução se torne definitiva. O que, segundo eles, não aconteceria no caso das cotas em fundo de investimento. Eles também tinham entendido que a empresa não comprovou que as cotas pertenciam ao devedor.

Os juízes, principalmente de primeira instância, ainda são resistentes em aceitar esse tipo de cota como garantia, segundo o advogado da empresa Antonio Braz da Silva. No entanto, de acordo com ele, essas decisões têm sido reformadas pela segunda instância e pelo TST. "É um direito líquido e certo da empresa e está sumulado", afirma.

A substituição de dinheiro por cotas de investimento em execuções provisórias tem sido uma prática do Itaú há pelo menos três anos, segundo informação da gerência jurídica do banco, e com boa aceitação. Para que a Justiça possa aceitar a troca, o banco tem anexado aos processos uma carta com os rendimentos do fundo de investimento, que, de acordo com a instituição, tem sido ainda mais rentáveis que atualização monetária do depósito em dinheiro. A assessoria jurídica também informa que o fundo tem liquidação imediata, o que equivaleria a dinheiro. E que o banco só tem substituído essas cotas por dinheiro quando a execução torna-se definitiva.

Em processos provisórios de cobranças trabalhistas, a advogada Mayra Palópoli, do Palópoli Advogados Associados, também afirma ter obtido decisões semelhantes no TRT da 2ª Região (São Paulo). "A prática facilita muito a vida financeira das empresas e não há dúvida que essas cotas equivalem a dinheiro", diz. Já em execuções definitivas, Mayra afirma que há uma resistência ainda maior em admitir isso.

A advogada Juliana Bracks, do Latgé, Mathias, Bracks & Advogados Associados, afirma já ter tentado a estratégia para duas grandes empresas, que foram negadas pelos juízes. "Em geral, eles justificam que não haveria como assegurar que os valores das cotas de investimento garantiriam a execução no momento em que o

trabalhador fosse levantar o dinheiro", diz. Para ela, o fato de a execução ser provisória foi crucial para que o recurso da empresa fosse aceito no TST.

## Federação do Distrito Federal sedia 1º Encontro Empresarial Brasil-África

24/05/2011- Agência CNI

**Brasília** – A [Federação das Indústrias do Distrito Federal \(FIBRA\)](#) recebe nesta terça-feira, 24 de maio, às 9h30, o 1º Encontro Empresarial Brasil-África. O evento é organizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e o Grupo de Embaixadores e Chefes de Missões Diplomáticas Africanas para comemorar o Dia da África no Brasil, celebrado em 25 de maio.

A finalidade do encontro é reforçar as relações comerciais entre o Brasil e o continente africano. "O grupo da África quer um contato direto com o setor privado e o Itamaraty nos indicou para sediar e coordenar este encontro. Isso se deve aos nossos trabalhos em prol da inclusão do Distrito Federal no roteiro de negócios internacionais", disse o presidente da FIBRA, Antônio Rocha.

Estarão presentes 32 embaixadores africanos, incluindo os embaixadores Norton de Andrade Mello Rapesta, diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, e Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, subsecretário-geral de Assuntos Políticos III (África e Oriente Médio).

O encontro também terá a participação do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, do vice-governador Tadeu Filippelli, secretários estaduais, diretoria executiva da FIBRA, presidentes de sindicatos filiados e empresários. Durante o evento serão feitas apresentações sobre a indústria e economia do Distrito Federal e sobre as potencialidades comerciais da África.

## TRT marca audiência entre Honda e demitidos

24/05/2011- Newsletter Automotiva

Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e representantes da Honda Motores têm reunião na quinta-feira, 26, às 16 horas, no Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região, em Campinas, para uma audiência conciliatória, a pedido do Sindicato, para apreciação do pedido de tutela antecipada para anulação das 400 demissões processadas na semana passada na unidade de Sumaré, interior de São Paulo.

Em nota do dia 18 último, a Honda justificava o desligamento dos trabalhadores como forma para reduzir em 50% a produção por causa da carência de equipamentos importados do Japão provocados pelo terremoto seguido de tsunami no mês de março.

O sindicato também denunciou junto ao Ministério Público do Trabalho assédio moral coletivo praticado pela montadora ao comunicar as demissões aos trabalhadores através de telegramas individuais. A assessoria da Honda Automóveis do Brasil confirmou ter recebido a notificação do TRT 15ª. nesta segunda-feira, 23.

## "Lua de mel" entre Brasil e China está perto do fim, diz 'FT'

24/05/2011- Terra

Brasil e China vêm fortalecendo cada vez mais seus laços econômicos, mas crescem os sinais de problemas e desafios na relação, segundo afirma reportagem especial publicada nesta segunda-feira pelo diário econômico britânico *Financial Times*. "Longe de ser uma passagem tranquila, é uma relação que será fragilizada por desafios e incompreensões ao longo do caminho", afirma o texto, que abre um caderno especial sobre a relação entre os dois países publicado pelo jornal.

"Seria difícil encontrar dois grandes países no mundo moderno que são menos familiares um com o outro do que a China e o Brasil ou que são mais diferentes socialmente, politicamente e culturalmente", diz. Segundo o jornal, há sinais crescentes de tensão no relacionamento, principalmente pelo lado brasileiro. "Enquanto o Brasil recebe bem a demanda da China por suas commodities, se enraivece com o fluxo de importados manufaturados baratos da China, que diz estarem prejudicando a indústria brasileira", afirma o texto.

O *Financial Times* comenta ainda que o Brasil acusa a China de fechar seu mercado para importados do Brasil e de manter sua moeda artificialmente barata para tornar suas exportações mais competitivas. "A velocidade com que essa relação se desenvolveu significa que os principais pontos explosivos em potencial só começam a aparecer agora", diz o jornal.

### **Lua de mel no fim**

A reportagem comenta que os laços entre os dois países foram intensificados durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dando a ele o impulso econômico que o ajudou a se reeleger em 2006 e a eleger Dilma Rousseff em 2010. Apesar disso, o jornal afirma que "hoje, há sinais crescentes de que a lua de mel está chegando ao fim" e relaciona as críticas dos industriais brasileiros, que reclamam da ameaça de desindustrialização do país por conta do crescimento das importações de manufaturados chineses.

A reportagem comenta que, apesar de o Brasil ter ainda um superávit no comércio com a China, quando são considerados apenas os produtos industrializados há um déficit que cresceu de US\$ 600 milhões para US\$ 23,5 bilhões nos últimos sete anos. Apesar dos problemas, o jornal observa que muitos analistas dizem que "ainda é cedo para o Brasil apertar o botão de pânico em seu relacionamento com a China". "Apesar de o comércio entre os dois ter crescido rapidamente, isso aconteceu sobre uma base mínima. Hoje, ele representa 15% do comércio internacional do Brasil", observa a reportagem.

## Piso Salarial - Confira a Folha de Atualização com os valores a partir de maio/2011

24/05/2011- Notas COAD

A partir de 1-5-2011, o valor do piso salarial no Paraná varia de R\$ 708,74 a R\$ 817,78, dependendo da categoria profissional.

O piso regional é válido para empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, e para os servidores públicos municipais.

O piso salarial para a categoria dos empregados domésticos passa a ser de R\$ 736,00.

A Política Estadual do piso salarial mínimo regional será objeto de negociação tripartite entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado, com acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A implementação da negociação será subsidiada por estudos técnicos do Observatório do Trabalho – SETP e encaminhada ao Conselho Estadual do Trabalho – CET.

### **Cartão de Crédito - BC divulga esclarecimentos sobre as novas regras**

24/05/2011- Notas COAD

O Banco Central publicou uma cartilha onde aborda as principais mudanças promovidas pela Resolução [3.919/2010](#), que, entre outras mudanças, padroniza a cobrança de tarifas sobre cartões de crédito. A cartilha orienta o cidadão em relação às essas normas.

A cartilha poderá ser acessada no site

<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/cartilha.pdf>

### **Tribunal - Salário atrasado por dois meses motiva rescisão indireta e indenização**

24/05/2011- Notas COAD

O atraso no pagamento de salários por dois meses possibilita a rescisão indireta do contrato de trabalho por culpa do empregador. Esse foi o entendimento da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao julgar o recurso de revista de um empregado da Gipsocar Ltda.. Ele parou de comparecer ao serviço e ajuizou ação trabalhista depois de ficar dois meses sem pagamento e saber que o INSS e o FGTS não estavam sendo recolhidos.

O trabalhador recorreu ao TST após o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) ter considerado que o caso era de demissão voluntária, e não de rescisão indireta ou abandono de emprego. Com essa decisão, o autor da reclamação não teria direito à indenização prevista no artigo 483, alínea "d", da CLT, que garante a rescisão indireta quando o empregador não cumprir as obrigações do contrato. Para o Regional, a inobservância de regularidade no pagamento dos salários no período indicado pelo trabalhador não podia ser, efetivamente, causa para o fim do contrato.

Para essa decisão, o TRT se baseou no prazo de três meses estipulado no parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto-Lei 368/68, que considera como mora contumaz "o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento".

No TST, porém, o entendimento foi diverso. Segundo o relator do recurso de revista, ministro João Batista Brito Pereira, o conceito de mora contumaz aplicado pelo TRT/PE destina-se apenas a orientar procedimentos de natureza fiscal, "não interferindo nos regramentos do Direito do Trabalho relativos à rescisão do contrato de trabalho".

## Natureza alimentar

Na avaliação do ministro Brito Pereira, não é necessário que o atraso se dê por três meses para que se justifique rescisão indireta do contrato de trabalho. O relator citou diversos precedentes com esse posicionamento, nos quais, além de se destacar que o prazo estabelecido pelo Decreto-Lei 368/68 repercute apenas na esfera fiscal, o período de três meses é considerado extremamente longo diante da natureza alimentar do salário.

Em um dos precedentes, o ministro Lelio Bentes Corrêa, da Primeira Turma, afirmou não ser crível que um empregado "tenha que aguardar pacificamente mais de noventa dias para receber a contraprestação pecuniária pelo trabalho já realizado". Para o ministro Lelio Bentes, o atraso, desde que não seja meramente eventual, caracteriza inadimplemento das obrigações contratuais e justifica o fim do contrato por ato culposo do empregador.

Já o ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, da Sétima Turma, considera que, se o salário tem natureza alimentar, "não é razoável exigir do empregado que suporte três meses de trabalho sem a competente paga, para, só depois, pleitear em juízo a rescisão do contrato, por justa causa do empregador". Para o ministro Manus, o atraso de apenas um mês já é suficiente para causar transtornos ao trabalhador - privado de sua única ou principal fonte de renda e, conseqüentemente, impedido de prover o próprio sustento e de seus familiares e de honrar seus compromissos financeiros.

Ao tratar do mesmo tema, em outro precedente em que o trabalhador deixou de receber pagamento também por dois meses, o ministro Horácio Senna Pires, à época na Sexta Turma, ressaltou não apenas a natureza alimentar do salário, mas também o princípio da proporcionalidade. Ele lembrou que, de acordo com as leis e a jurisprudência trabalhistas, o descumprimento da obrigação do empregado de comparecer ao serviço por período de apenas trinta dias - metade do prazo em que o empregador, no caso, descumpriu seu dever de pagar os salários - já é suficiente para caracterização da justa causa por abandono de emprego. Processo: [RR - 13000-94.2007.5.06.0401](#)

FONTE: TST

## **Projeto de Lei - Proposta facilita concessão de auxílio-doença para doador de órgão**

24/05/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 293/11, do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que dispensa a exigência de contribuição mínima de 12 meses para a Previdência Social para a concessão de auxílio-doença a doador de órgão. Segundo o autor da proposta, o doador receberá o benefício durante o tempo necessário para a sua recuperação após o procedimento cirúrgico.

O auxílio-doença é pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao segurado que estiver incapacitado para o trabalho por mais de 15 dias consecutivos. Atualmente, a Lei de Benefícios da Previdência Social ([8.213/91](#)) condiciona a concessão do auxílio ao período de contribuição mínima (12 meses), exceto nos casos de acidente ou de doença profissional.

Segundo Marçal Filho, a proposta beneficiará as pessoas que necessitam de transplante e ampliará o número de doadores. "Será um alento às pessoas que necessitam de transplante inter vivos, além de proteger os que ajudam o próximo em um momento tão delicado de sua vida", afirmou.

Ele argumenta que, apesar do crescimento do número de transplantes (90% de 1997 a 2007), a fila de espera por doadores ainda é muito grande.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Proposta de igual teor (PL 3385/08), do ex-deputado Carlito Merss, foi arquivada no final da legislatura passada.

FONTE: Agência da Câmara dos Deputados

## **Portaria eleva taxa para uso do Siscomex nas importações**

24/05/2011- Valor Econômico

Uma portaria do Ministério da Fazenda deve garantir à Receita Federal uma arrecadação maior no desembarço de mercadorias importadas. A medida também cria custo adicional para os importadores, principalmente para setores com cadeias de produção mais complexas, que importam grande diversidade de partes e peças, como o automotivo e o eletroeletrônico.

A Portaria nº 257, assinada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, eleva a taxa para registro da Declaração de Importação (DI) no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) de R\$ 30 para R\$ 185. A declaração é gerada em todo desembarque de mercadorias. A alteração, porém, não se restringiu à taxa pra a DI. A declaração elenca cada um dos produtos desembarcados pelo importador de acordo com código de classificação. Cada classificação significa uma adição na declaração. O valor da adição, que antes era de R\$ 10, passou para R\$ 29,50. A portaria entrou em vigor ontem, quando foi publicada no "Diário Oficial da União".

Com a alteração, deve aumentar a arrecadação da Receita com o registro de DIs. Estima-se que no ano passado houve emissão de DIs superior a 2,3 milhões. Se o novo valor já estivesse em vigor, a Receita Federal teria recolhido R\$ 425,5 milhões com os registros das declarações. O valor antigo rendeu algo em torno de R\$ 69 milhões.

"Isso levando em consideração apenas as DIs. É preciso lembrar que a Receita também aumentará a arrecadação com as adições nas declarações", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "Essa medida elevará de forma considerável o custo dos importadores."

Castro lembra que os setores mais atingidos serão os que importam uma diversidade grande de produtos por desembarque, que geram várias adições numa DI, como os segmentos de telecomunicações, automotivo e o eletroeletrônico. Esses segmentos importam muitos insumos, com várias partes e peças, o que resulta centenas de adições nas declarações.

Carol Monteiro de Carvalho, sócia do Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados, acredita que a medida tenta atualizar os valores cobrados no registo das declarações de importações. "É natural que as empresas com maior número de itens importados paguem valor maior porque elas estão utilizando mais o serviço." Ela lembra que a taxa cobrada deve ser proporcional ao serviço usado e que há previsão de que a exigência possa ser atualizada anualmente.

Castro explica que a cobrança da taxa existe desde 1999. "A justificativa era reaparelhar a Receita. Não houve elevação das taxas em todo esse período, mas esse reajuste ultrapassa a inflação acumulada no período. É uma medida que parece ter caráter arrecadatório, para aproveitar o ritmo vigoroso de importações", diz Castro. Ele lembra, porém, que a legislação permite que haja reajuste "conforme a variação dos custos de operação e dos investimentos no Siscomex". "É preciso lembrar, porém, que há uma grande necessidade de evolução do sistema também na parte relacionada às exportações."